

Lei de Mananciais: ambientalistas pedem veto

A Rede das Águas, formada por representantes do Fórum Nacional de Comitês de Bacia, lançou uma campanha para que o governador Geraldo Alckmin (PSDB) vetasse uma emenda à Lei de Mananciais.

A emenda, aprovada na Assembleia Legislativa na semana passada, permite o uso da compensação ambiental para novos empreendimentos em áreas de preservação do Estado de São Paulo.

O dispositivo aprovado, que havia sido retirado do projeto original pelo Executivo a pedido dos ambientalistas, estende a empreendimentos futuros o benefício de regularizar imóveis construídos em desacordo com a lei. Isto seria feito por meio da compra de

outra área para preservação na mesma sub-bacia.

"Essa emenda, apresentada pelo deputado estadual Ricardo Trópoli (PSDB), vai incentivar ocupações e condenar à morte os mananciais", acredita Malu Ribeiro, da SOS Mata Atlântica e coordenadora da Rede das Águas. "São Paulo tem um papel fundamental na questão de recursos hídricos. Uma lei como essa pode criar um efeito cascata e ser copiada por outros Estados", lamenta a coordenadora.

A ação divulgada na página www.rededasaguas.org.br pede que sejam enviadas (via fax e por e-mail) mensagens ao governador do Estado.

Cinco entidades ambientalistas já participam da campanha: Espa-

ço Formação, Assessoria e Documentação, Instituto Acqua, Instituto Socioambiental, Movimento de Defesa pela Vida do Grande ABC (MDV) e SOS Represa Guarapiranga. Para essas organizações, "a mudança na legislação resultará em um estímulo ao aumento da ocupação e, por consequência, no agravamento da situação de nossos mananciais".

Segundo o secretário estadual do Meio Ambiente, José Goldemberg, a intenção do governador era resolver apenas a situação dos moradores que já estão nas áreas de mananciais.

O governador Geraldo Alckmin, no entanto, disse que ainda iria avaliar o projeto, mas que "se houver uma mudança de mérito, em

relação à proposta, a intenção é de veto".

Contaminação de lençol

A Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb) autuou ontem a Agip Brasil, por ter contaminado o lençol freático e o solo no bairro Parque Industrial, em São José do Rio Preto, onde a empresa tem um depósito de combustível. Segundo o gerente da Cetesb, Luiz Neme, a companhia deverá ser multada em R\$ 105.200,00.

A autuação ocorreu depois que a própria empresa realizou, por determinação da Cetesb, um estudo para verificar contaminação na área.

Class.	517	Documentação
Data	5/7/2002	
Fone	51 (6000)	
Pg.	111	